

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A POSSIBILIDADE DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Ivo Tonet

Introdução

É frequente ouvir-se a afirmação de que sem uma educação de alta qualidade não pode haver desenvolvimento. E que, para isso, a formação dos professores é elemento fundamental. Citam-se, então, como exemplos positivos; Finlândia, Cingapura, Japão e alguns outros, e como exemplos negativos: a maioria dos países periféricos. Com isso fica implícito que a culpa pelo não desenvolvimento é da falta de educação de boa qualidade. Na grande maioria das vezes, nem se pergunta o que é desenvolvimento, o que é qualidade e muito menos se questiona a relação da educação com as outras dimensões sociais e, de modo especial, com a economia. Infelizmente, não é só no campo conservador que vicejam essas ideias, mas também no campo dito progressista. Cabe, pois reexaminar com cuidado essa problemática. Para isso, é preciso perguntar: quais as finalidades da educação e da formação de professores? Quem estabelece essas finalidades? A quem servem a educação e a formação de professores? Essas perguntas são necessárias porque sabemos que essa sociedade é dividida em classes de modo que não se pode ser ingênuo e supor que é “a sociedade” em geral que estabelece as finalidades da educação e da formação dos professores.

1. Formação de professores: o discurso dominante

O discurso dominante entende que a educação e a formação de professores implicam questões financeiras – recursos para a educação, melhor aparelhamento das escolas, melhor remuneração para professores e técnicos, recursos para assistência a alunos – e pedagógicas: política educacional geral adequada, melhor planejamento escolar, maneiras inovadoras de ensinar, de avaliar, de organizar o currículo, etc. Uma alta qualidade da educação resultaria de uma boa articulação entre esses diversos fatores. A eficácia desse conjunto de fatores parece confirmada empiricamente pelos países acima citados. É inegável que há uma educação e uma formação de professores de alta qualidade na Finlândia, em Cingapura e no Japão e em outros países. Sem, ainda questionar, o que é qualidade, passa-se, porém, ao lado de uma questão fundamental: como chegaram, esses países, a essa situação? Teriam sido aqueles aspectos que resultaram em uma educação dessa qualidade? Muito mais importante, porém, é a questão: o que é qualidade? Será uma questão meramente política, administrativa, financeira, técnica, pedagógica? Não caberia perguntar: qualidade para que; para

quem? Qualidade para atingir que objetivos? Ignora-se simplesmente a questão mais fundamental da sociedade na qual vivemos: a existência de classes sociais e da luta de classes. Parte-se do pressuposto, não explicitado, de que a sociedade é o resultado das relações e da organização que os indivíduos – que a precedem ontologicamente – estabelecem entre si. Vale dizer, a sociedade seria uma espécie de organismo, composto de múltiplos elementos, que compõem uma totalidade com diferenças, mas sem contradições radicais. O que desaparece nessa concepção são as classes sociais e a luta entre elas. A sociedade fica algo indistinto, uma espécie de grande família, onde existem problemas, mas não oposições radicais.

Esse modo de pensar não é algo exclusivo dos conservadores. Também muitos que se pretendem progressistas pensam do mesmo modo.

Para evitar esse tipo de pensamento é necessário começar por mudar os pressupostos metodológicos. É por onde iniciaremos a nossa exposição.

2. Nossos Pressupostos

Como já tratamos, em diversos textos, dessa problemática, faremos, aqui, apenas um breve resumo.

Para entender o que é a sociedade é preciso começar pelo ato fundante dela, vale dizer, pelo trabalho. Por trabalho, entendemos o intercâmbio do homem com a natureza através do qual o ser humano transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo. É a partir dele que se cria a riqueza material sem a qual seria impossível a reprodução da sociedade. Desta forma, o modo como os seres humanos se organizam para transformar a natureza sempre será o fundamento de qualquer forma de sociabilidade.

O trabalho, porém, não esgota a realidade social. Junto com ele ou a partir dele surgem inúmeras outras dimensões sociais, tais como linguagem, socialidade, educação, arte, religião, ciência, Direito, política, etc. Todas essas dimensões tem uma dependência ontológica em relação ao trabalho, ou seja, ele é a condição fundamental de sua existência. Do mesmo modo, todas elas têm uma autonomia – relativa – em relação ao trabalho, uma vez que cada uma delas exerce uma função social específica e diferente dele. E, por último, há uma determinação recíproca entre todas elas, incluindo o próprio trabalho.

Isto nos permite afirmar que a dimensão que funda a sociedade é o trabalho e não qualquer outra. Todas as outras retroagem sobre o trabalho, todas as outras se determinam reciprocamente, porém, a matriz de todas é o trabalho.

Isto também nos permite compreender que a sociedade não é aquele conjunto de relações e organizações que os indivíduos – ontologicamente precedentes – estabelecem entre si. Os indivíduos não nascem humanos, mas se tornam humanos. Eles não precedem ontologicamente a sociedade, mas se constroem como indivíduos humanos na mesma medida em que constroem a realidade social objetiva.

Analisando o processo histórico a partir desses pressupostos, podemos perceber que durante alguns milhares de anos a humanidade – expressa pela existência de grupos muito reduzidos, mas que foram se tornando mais amplos ao longo do tempo – era uma autêntica comunidade, isto é, não estava dividida em grupos antagônicos. Vale dizer, durante todo esse período, não havia propriedade privada, nem exploração do homem pelo homem e nem classe sociais. Todas essas categorias surgiram a partir da chamada “Revolução Neolítica”. A partir daí, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes”. Mais ainda, como afirmam eles: “A luta de classes é o motor da história”. E, em *A ideologia alemã*, referindo-se ao mundo das ideias: “As ideias dominantes são as ideias das classes dominantes”. Vale, pois, enfatizar: classes e lutas de classes não são uma invenção malévola de marxistas; são um dado da realidade. Mais ainda: classes são o sujeito fundamental – embora não único – da história e também do conhecimento¹! Essa importância não pode ser, de modo nenhum, ignorada, sob pena de falsear todo o conhecimento da realidade.

3. O que é qualidade?

Para compreendermos adequadamente o que é qualidade e não cair em divagações subjetivas, nada melhor do que começarmos pela análise do ato que funda a sociedade, o trabalho. Entendemos, fundados na ontologia lukacsiana do ser social, que o trabalho é o modelo de todas as atividades humanas. Em sentido ontológico, trabalho é uma síntese entre o momento subjetivo (consciência, prévia-ideação, estabelecimento de fins) e o momento objetivo (natureza natural), através da qual os seres humanos transformam a natureza adequando-a ao atendimento das suas

¹ A respeito das classes como sujeitos da história e do conhecimento, ver: *Método científico: uma abordagem ontológica*.

necessidades e, ao mesmo tempo, transformam si mesmos. Tudo isso pela mediação da atividade prática.

Como se pode ver ao analisar a estrutura básica de qualquer atividade humana, todas elas seguirão o mesmo modelo. Todas implicam um momento subjetivo prévio e um momento objetivo, qualquer que seja, articulados pela mediação de uma determinada prática. Parte dessa atividade prática é dedicada à busca e à articulação dos meios que permitam atingir o fim colimado. Pode-se, a partir disso, compreender que a qualidade dos meios é determinada pelos fins que se pretende atingir. Exemplificando: se o objetivo for construir uma mesa, deverão ser buscados os meios adequados a esse fim.

Quando, pois, se fala em qualidade, a primeira pergunta que deve ser feita é: que fins se pretendem atingir? Que meios são adequados para atingir tais fins? Quando nos referimos à sociedade, é sempre preciso perguntar também: quem estabelece os fins? Eles podem ser postos tanto pelos indivíduos e/ou outros por outros grupos sociais. Neste último caso, será preciso perguntar: qual(is) é(são) o(s) sujeito(s) ou o(s) mais importante(s) na determinação dos fins? Como se articulam os fins individuais e os fins coletivos?

Qualidade não é, pois, uma determinação genérica e abstrata, mas sempre muito delimitada e concreta, uma vez que ela só pode ser definida em relação aos objetivos previamente fixados.

4. Qualidade, educação e formação de professores

Como já mencionamos acima, vivemos em uma sociedade onde existem classe sociais e luta entre essas classes. Também já mencionamos que as classes sociais são os sujeitos fundamentais da história e do conhecimento. Na sociedade capitalista, as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. E a luta entre essas e outras classes, mas principalmente entre aquelas duas, é o “motor da história” na atualidade.

Ora, sendo a burguesia a detentora dos meios de produção e, portanto, da maior parte da riqueza, também é a classe dominante. Para reproduzir os seus interesses ela dispõe, como elemento principal, do Estado moderno que, embora passível de interferência dos explorados e dominados, sempre defenderá os interesses da classe dominante, pois é para isso que ele foi configurado.

Mas, a burguesia também dispõe de muitos outros instrumentos ideológicos para garantir a reprodução dos seus interesses. Entre eles, o sistema político, o Direito, a Educação, a religião, a

comunicação, etc. Todos eles também sofrem, certamente, interferências das lutas dos explorados e dominados, porém, em última instância, sempre defenderão, majoritariamente, os interesses da burguesia.

Considerando tudo isso, impõe-se perguntar: quem, nessa sociedade, estabelece os fins da educação? Para que devem ser formados os professores? A resposta é muito simples e clara: em última análise, quem estabelece os fins da educação e da formação dos professores é o capital. Ele é o “sujeito” fundamental dessa sociedade e suas “personae” são os burgueses. Independente de qualquer discurso humanista ou idealista, o objetivo fundamental da educação é a reprodução do próprio capital. Expressando esses fins, diz a Constituição brasileira no seu art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mais claro, impossível. Os grandes fins da educação são: qualificação para o trabalho, educação para a cidadania e formação dos dirigentes da sociedade.

Já demonstramos em vários outros textos que qualificação para o trabalho significa, em resumidas contas, formação de uma mercadoria para ser vendida no mercado e para ser explorada. Nesse sentido, nenhuma ilusão ou idealização é possível. Mas, a qualificação para o trabalho também pode significar, embora em muito menor número, a formação dos dirigentes do processo de exploração, mesmo que o maior aprendizado destes se dê nas próprias empresas. No caso da formação para a cidadania, também já deixamos claro que cidadão, mesmo quando crítico e participativo, não passa de um indivíduo genérico e abstrato porque, independente das suas reais e importantes diferenças, é tomado como igual a todos. Cidadão é o outro lado da moeda do indivíduo privado (citoyen x bourgeois). A cidadania não só não se opõe à propriedade privada, origem da desigualdade social, como ela a pressupõe. Formar para cidadania significa, pois, formar para viver na sociedade capitalista, aceitando-a como a melhor forma possível da sociabilidade e da liberdade humanas. Nada mais, nada menos! Que a cidadania seja mais ou menos ampla, mais ou menos sólida faz muita diferença para a vida concreta das pessoas, mas não tem a menor incidência no nível de análise em que nos situamos.

Quem organiza todo o sistema educacional? O Estado, pois é ele que dá as diretrizes gerais e mantém, não importa de que forma, o controle do processo. E, como sabemos, a função fundamental do Estado é defender os interesses da burguesia.

Quem, no Estado, organiza a educação? Políticos, intelectuais, burocratas dos mais altos aos mais baixos postos. Através da formulação de uma política educacional geral, de parâmetros curriculares gerais, de toda uma legislação que normatiza a o processo educativo e da supervisão do

desenvolvimento da educação o Estado controla a totalidade da educação e da formação de professores. Isso não desconhece o fato de que esse controle não é total nem homogêneo. As lutas de classes e o entrelaçamento de muitos e variados interesses também intervêm nesse processo. Não obstante, em última análise, o controle nunca escapa das mãos do Estado.

Desconhecer, pois, os elementos básicos e essenciais desse processo – o que acontece com milhões de pessoas que se dedicam à atividade educativa – é candidatar-se, independentemente da intenção pessoal, a ser instrumentalizado pelo capital.

Vimos, no entanto, que nessa sociedade existe outra classe fundamental, o proletariado. Seu objetivo fundamental, como classe que produz a riqueza material, a mais-valia e o capital, que sustentam toda essa forma de sociabilidade, é a eliminação, integral e total de toda forma de exploração e dominação do homem pelo homem, vale dizer, a emancipação humana. Esse objetivo radica no próprio ser da classe operária, independente da consciência que ela tenha dele. A respeito desse objetivo, três perguntas são imprescindíveis? Primeira: em que consiste a emancipação humana? Segunda: a emancipação humana é possível? Terceira: quais as condições essenciais para a sua efetivação?

Como já tratamos dessas questões em outros textos, faremos aqui apenas um breve resumo².

Emancipação humana, no sentido marxiano do termo, é uma forma de sociabilidade na qual todos os indivíduos serão plenamente livres, isto é, uma forma de sociedade em que os homens serão, efetiva e o mais plenamente possível, senhores da sua história. Vale lembrar que só se é livre em sociedade; que indivíduo isolado, livre, nada mais é do que uma ficção. Porém, para que os homens sejam efetivamente livres, faz-se necessária uma base material que lhes propicie o acesso aos bens – materiais e espirituais – necessários à satisfação das suas necessidades e, com isso, à sua plena realização como membros do gênero humano³. Essa base material tem um nome: trabalho associado, isto é, uma forma de trabalho na qual todos põem em comum a suas forças – físicas e mentais -, na medida das suas possibilidades e capacidades. Esta forma de trabalho, fundada em um amplo desenvolvimento das forças produtivas propiciado pelo próprio capitalismo permite um tempo de trabalho necessário muito pequeno e um enorme tempo livre. Deste modo, como afirma Marx, uma sociedade plenamente emancipada é a articulação entre tempo de trabalho necessário –sob a forma

² A respeito da emancipação humana, ler, e nossa autoria: *Educação, cidadania e emancipação humana; Sobre o socialismo*

³ Ver, a respeito da formação do indivíduo como membro do gênero humano, o artigo: *Educação e formação humana*.

de trabalho associado – e tempo livre – espaço de desenvolvimento das variadas potencialidades humanas. Resumindo: emancipação humana é igual a uma sociedade comunista.

Respondendo a segunda questão: é possível a emancipação humana? Resumindo uma resposta mais complexa: se entendermos que são exclusivamente os homens que fazem a história, não há, em princípio, nenhum obstáculo a que se construa uma sociedade plenamente emancipada. Afinal, foram os homens os responsáveis únicos pela comunidade primitiva, pelo escravismo, pelo feudalismo e pelo capitalismo. Por que não poderiam eliminar o capitalismo e construir uma sociedade comunista? Todavia, é importante observar que possibilidade, mesmo que real, não é, de modo nenhum, sinônimo de inevitabilidade e nem mesmo de algo fácil. É apenas possível!

Surge, então, a terceira questão: quais as condições – essenciais – para que a emancipação humana possa se efetivar?

A primeira condição é um alto desenvolvimento das forças produtivas capaz de permitir a produção de uma riqueza abundante, em quantidade e qualidade. A abundância é condição absolutamente indispensável para a construção de uma sociedade comunista. Não há emancipação humana possível assentada sobre uma base material pobre ou miserável. Essa base material já existe e foi resultado do próprio capitalismo. Trata-se de transformá-la de modo a que deixe de ser um instrumento de reprodução do capital e, portanto, da desigualdade social. Vale dizer, trata-se de organizar a produção para atender as necessidades humanas e não a acumulação do capital. Essa condição foi explicitada por Marx e Engels já em 1845, em *A ideologia alemã*.

A segunda condição é a existência de um sujeito que tenha necessidade e capacidade para realizar as tarefas que levarão à emancipação humana. Esse sujeito também existe e se chama proletariado⁴. Embora não sendo o único sujeito, ele é o fundamental porque apenas ele tem uma contradição absolutamente antagônica com o capital.

Obviamente, a efetivação desse processo que leve à emancipação humana implica inúmeras outras condições. Trata-se, porém, aí, da concreta efetivação dessa tarefa e isso não é objeto do nosso texto.

Para alcançar aquele objetivo, o proletariado deverá buscar os meios – teóricos e práticos – adequados. Entre esses meios se encontra a educação. Vale, porém, lembrar que “As ideias dominantes são as ideias das classes dominantes”. Isso também vale a para a educação. É, pois, necessário perguntar se é possível organizar **a educação** como totalidade ou, ao menos, como sistema

⁴ Sobre a problemática do proletariado como sujeito revolucionário, ver o livro: *Proletariado e sujeito revolucionário*.

hegemônico, a serviço dos interesses do proletariado. Se a resposta for positiva, será preciso demonstrar como isso seria possível em um sistema controlado pelo Estado a serviço do capital. Se a resposta for negativa, será preciso continuar perguntando: o que fazer, então? Existe alguma alternativa? Responderemos a isso mais adiante.

5. Crise estrutural e formação de professores

A situação que acima caracterizamos tendo como base a lógica geral do capital se agrava enormemente se analisarmos a situação atual. É sobejamente sabido que a humanidade enfrenta, como resultado da lógica de reprodução do capital, uma crise de proporções gigantescas e de consequências desastrosas para todos e, de modo muito especial, para os trabalhadores. Alguns autores a denominam de crise estrutural ou sistêmica porque atinge os fundamentos mais essenciais do capital. Sem entrar na polêmica a respeito da natureza dessa crise, entendemos que ela se caracteriza, essencialmente, pelo fato de que o enorme desenvolvimento das forças produtivas, sob a forma típica do capitalismo, culminou em uma superprodução que, dada a concentração cada vez mais intensa de riqueza em poucas mãos e de pobreza e miséria nas mãos da maioria, tende a diminuir a taxa de lucro do capital. Com isso, o capitalismo não consegue encontrar uma saída para um patamar mais estável.

Da parte do capital, o enfrentamento dessa crise implica uma enorme intensificação da exploração dos trabalhadores. Essa intensificação passa por modificar a composição orgânica do capital, isto é, aumentar a inserção de tecnologia no processo de produção e distribuição com a consequente diminuição do número de trabalhadores. As consequências dessa situação são brutais para os trabalhadores: desemprego, flexibilização do trabalho, privatização, terceirização, supressão de direitos, prolongamento da jornada de trabalho, etc. Tudo isso implicando uma degradação muito intensa da qualidade de vida. Além disso, também, a reconfiguração do Estado – mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital; acirramento da concorrência tanto nacional quanto internacional; concentração cada vez mais intensa da riqueza em poucas mãos; aumento da violência sob as mais variadas formas, etc.

Para agravar ainda mais a situação, a classe operária, ao longo da sua luta contra o capital, iniciada no século XIX e até o momento presente, perdeu – teórica e praticamente – por um processo no qual a esquerda tem uma grande responsabilidade, a perspectiva revolucionária, isto é, de superação radical do capitalismo e de construção de uma sociedade comunista. Em seu lugar foi emergindo o reformismo, com todas as suas variantes e o politicismo, vale dizer, a atribuição ao Estado da tarefa de conduzir o processo de transformação social em direção a uma sociedade

comunista. Desnorreamento, teórico, político e organizativo, despolitização, perda de sentido da luta coletiva, atrelamento aos interesses da burguesia foram, entre outros, os resultados desse processo⁵.

Toda essa situação não poderia deixar de ter enormes repercussões para o processo educativo. Mais do que nunca, hoje a educação está sendo posta, de maneira cada vez mais intensa, a serviço da reprodução do capital em crise. Todas as consequências perversas, apontadas acima, para os trabalhadores em geral também valem para aqueles que se dedicam à atividade educativa.

6. Adeus às ilusões

Diante disso, não há como pensar ser possível organizar **a educação**, como conjunto, de modo a contribuir para a transformação radical do mundo. Ela é hegemônica pelo capital, pela mediação do Estado, para servir os seus interesses. A luta **com** o capital e **com** o Estado poderá conquistar algumas vitórias parciais, vitórias essas, dada a crise atual, cada vez mais escassas. Essas vitórias são, sem dúvida, importantes, mas não apontam para além do capital, apenas para melhorias no interior desse sistema.

É urgente que se abandone a ilusão de uma “educação emancipadora”. Essa pode ser uma intenção piedosa, mas é absolutamente inviável. O que, a meu ver, se pode fazer, dada a realidade concreta, são “atividades educativas emancipadoras”⁶. Essas atividades, embora muito limitadas, são possíveis porque o capital não pode dominar, de forma absoluta, todo o processo social. Capital implica uma relação antagônica com o trabalho e este, por sua vez, pode, embora, de forma muito limitada no interior da educação formal, fazer valer os seus interesses.

É inegável que os trabalhadores precisam ter acesso ao máximo de conhecimento que foi acumulado até hoje pela humanidade. Mas, eles precisam de muito mais. Precisam de um conhecimento que lhes permita compreender o processo histórico desde os seus primórdios de modo a perceber que são os homens que fazem integralmente a história – não deuses ou a natureza – e que, hoje, são eles o sujeito fundamental para realizar uma transformação que leve à construção de uma

⁵ Para a compreensão desse processo de perda da perspectiva revolucionária, sugerimos as leituras de: *Para além do capital, A crise do movimento comunista. Descaminhos da esquerda – da centralidade do trabalho à centralidade da política, O grande ausente e os problemas da educação*.

⁶ Ver, a esse respeito, nosso artigo: *Atividades educativas emancipadoras*. Vale a pena observar que “Atividades educativas emancipadoras” não são quaisquer tipos de atividades “humanizadoras” ou simplesmente “críticas”. São atividades cuja finalidade é permitir aos educandos uma compreensão do processo histórico desde os seus primórdios e, de modo especial da sociedade capitalista, da crise atual e da possibilidade e da necessidade de superação do capitalismo e da construção de uma sociedade comunista. Um conhecimento desse tipo só pode ser efetivado se tiver por base os fundamentos teórico-metodológicos elaborados por Marx. Estes, por sua vez, se caracterizam por um conhecimento radical do mundo intimamente conectado a uma transformação também radical do mundo.

forma de sociabilidade plenamente humana. Para isso, duas coisas são necessárias: 1) Fundamentos metodológicos que sustentem uma concepção de mundo e de conhecimento radicalmente nova 2) Com isso, um tratamento crítico de todos os conteúdos a serem aprendidos. Não se pode, jamais, esquecer que a educação moderna, tanto em seus conteúdos quanto em suas formas (organização, currículos, didáticas, avaliações, etc.) foi configurada de modo a expressar e defender os interesses da classe hoje dominante que é a burguesia.

Quem deveria ser o responsável principal por esse tipo de educação? Os professores, obviamente. Esta é a formação que os professores deveriam ter se querem contribuir para o sucesso da causa dos trabalhadores e não da burguesia. Mas, os professores só poderão realizar a contento essa tarefa se eles mesmos tiverem esse domínio crítico dos fundamentos metodológicos, do processo histórico, da sociedade capitalista, da crise vivida hoje pela humanidade e da possibilidade de construir uma sociedade comunista. Vale observar que os fundamentos metodológicos dessa nova concepção de mundo e de conhecimento foram elaborados por Marx respondendo aos interesses mais profundos do proletariado. Elementos importantíssimos a respeito do processo histórico e da sociedade capitalista e que também contribuem decisivamente para compreender a crise atual foram também elaborados por Marx e outros autores clássicos da teoria marxista, como Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotski, Gramsci, Lukacs, Mészáros e outros.

É meridianamente claro que não é exatamente a esse tipo de formação que se faz referência quando se fala em “formação de professores”.

Considerando os inúmeros obstáculos – políticos, ideológicos, burocráticos e organizativos – que a educação hegemônica cria para o desenvolvimento dessas “atividades educativas emancipadoras”, pode-se imaginar o esforço que deve ser feito para adquirir essa formação. Em tempos de conservadorismo, irracionalismo, pós-modernismo, reformismo, produtivismo e até de ativismo, não será nada fácil realizar aquelas atividades. Somente uma convicção muito sólida e racionalmente fundamentada, uma profunda indignação contra todas as injustiças sociais e uma paixão pela construção de um mundo novo poderá fazer frente a todos aqueles obstáculos.

Quando, pois, falamos em formação de professores a que nos referimos? A uma formação para a reprodução do sistema social capitalista ou para a emancipação humana? Não existe meio termo! E não há neutralidade possível!

Referências bibliográficas

- CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2013
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009
- LESSA, S. e TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002
- TONET, I. *Método científico – uma abordagem ontológica*
- _____. Educação e formação humana. In: *Educação contra o capital*. São Paulo, Coletivo Veredas, 2016
- _____. Atividades educativas emancipadoras. In: *Educação contra o capital*. São Paulo, Coletivo Veredas, 2016
- _____, *Descaminhos da esquerda – da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Ômega, 2009
- _____, O grande ausente e os problemas da educação. In: *Educação contra o capital*. São Paulo, Coletivo Veredas, 2016

Maceió, abril de 2017